

Conhecimento da população sobre direitos dos usuários dos serviços de saúde e dos pacientes terminais

**Halyne Cássia Gomes dos Santos, Maristela Santini Martins,
Maria Cristina Komatsu Braga Massarollo**

Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, SP

1. Objetivos

Verificar o conhecimento da população sobre os direitos dos usuários dos serviços de saúde e dos pacientes terminais.

2. Método

Estudo exploratório, descritivo e de abordagem quantitativa. A amostra, composta por 88 pessoas da sociedade, abordadas em diferentes locais e situações, foi não probabilística (70,5% mulheres; idade média 36,6 anos; ensino médio completo 38,6%; vivia com cônjuge ou companheiro 60,2%). Foram excluídos indivíduos menores de 18 anos e profissionais da área da saúde. O conhecimento sobre direitos foi avaliado utilizando Escala de Likert^[1], construída com 15 proposições sobre os direitos dos usuários dos serviços de saúde e dos pacientes terminais, além de quatro escalas visuais numéricas, com a finalidade de conhecer a nota geral que o participante atribuía ao conhecimento que possuía e a sua percepção relativa aos direitos dos usuários e dos pacientes terminais. Os dados foram coletados no período de abril a junho de 2012, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da USP.

3. Resultados parciais

A maioria dos 88 (100%) participantes (52,3%) afirmou desconhecer os direitos dos usuários dos serviços de saúde e, em uma escala de 0 a 10, a maioria (55,7%) declarou que o conhecimento que possuía sobre os direitos dos usuários dos serviços de saúde estava entre 0 e 4.

Os direitos dos pacientes terminais eram desconhecidos por 76,1% dos entrevistados. Para 78,4%, o conhecimento que possuíam sobre o tema, em uma escala de 0 a 10, estava

entre 0 e 4 e, para 26,1%, o conhecimento atribuído ao tema foi zero.

Os direitos dos usuários dos serviços de saúde, para metade dos participantes, às vezes são respeitados e, para 59,1%, a intensidade de respeito a esses direitos estava entre 0 e 4.

No que tange aos direitos dos pacientes terminais, para 31,8% dos indivíduos, eles são, às vezes, respeitados e, para 54,5%, a intensidade de respeito a esses direitos estava entre 0 e 4, sendo que 37,5% não souberam opinar sobre a questão.

Verificou-se conhecimento favorável dos participantes sobre os direitos dos usuários do serviço de saúde, relacionado ao acesso ao prontuário, ao sigilo das informações, à privacidade e à presença de acompanhante durante a realização de procedimentos. Em relação aos pacientes terminais, o conhecimento foi positivo para o direito de recusa a tratamentos invasivos e dolorosos, tomada de decisão e garantia dos cuidados básicos de vida.

O conhecimento e/ou crenças inadequadas estavam relacionados à autonomia, já que 64,8% dos indivíduos concordaram que o usuário do serviço de saúde deve receber uma injeção, quando prescrita, mesmo que ele não queira. Em relação ao direito de escolher o local da morte, a maioria (61,3%) concordou que o paciente terminal deve ficar internado na UTI, independentemente de sua vontade.

4. Conclusão

A maioria dos indivíduos desconhece os direitos dos usuários dos serviços de saúde e possui baixa percepção do conhecimento e do respeito a esses direitos, principalmente em relação aos pacientes terminais.

5. Referência bibliográfica

[1] Marconi MA, Lakatos EM. Técnicas de pesquisa. 3 .ed. São Paulo: Atlas; 1996.